

**CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2010/2011**

**NÚMERO DE REGISTRO NO MTE:** SC002801/2010  
**DATA DE REGISTRO NO MTE:** 25/11/2010  
**NÚMERO DA SOLICITAÇÃO:** MR067754/2010  
**NÚMERO DO PROCESSO:** 46220.005776/2010-11  
**DATA DO PROTOCOLO:** 24/11/2010

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

SINDICATO DOS TRAB EM EMP DE ASS PER PESQ E INF DE SC, CNPJ n. 80.673.387/0001-86, neste ato representado(a) por seu Membro de Diretoria Colegiada, Sr(a). ARNOLDO RAMOS CANDIDO e por seu Membro de Diretoria Colegiada, Sr(a). JOSEFINA APARECIDA NUNES DE CARVALHO;

SINDICATO DOS ADMINISTRADORES DO ESTADO DE SANTA CATARI, CNPJ n. 79.240.966/0001-56, neste ato representado(a) por seu Diretor, Sr(a). MARIO CESAR SILVA;

E

SINDICATO DAS EMPRESAS DE SERVICOS CONTABEIS, ASSES. CONSULT. PERICIAS, INFORMACOES E PESQUISAS DA GRANDE FPOLIS, CNPJ n. 80.672.587/0001-14, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). AUGUSTO MARQUART NETO;

celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE**

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 1º de junho de 2010 a 31 de maio de 2011 e a data-base da categoria em 1º de junho.

**CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA**

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **Trabalhadores em Empresas de Assessoramento, Perícia, Pesquisa e Informações, abrange os Trabalhadores nas Empresas dos seguintes segmentos: Empresas de Auditoria, Perícias Técnicas, Econômicas ou Contábeis, Consultoria e Assistência Jurídica, Consultoria Econômica ou Administrativa, de Planejamento e Projetos, de Participações, Administradoras de Empresas e Perícia do Trabalho; Arquitetura e Engenharia Consultiva; de Pesquisa de Mercado e de Opinião Pública; de Seleção de Pessoal, Administração de Serviços Gerais, com abrangência territorial em Águas Mornas/SC, Alfredo Wagner/SC, Angelina/SC, Anitápolis/SC, Antônio Carlos/SC, Biguaçu/SC, Canelinha/SC, Florianópolis/SC, Garopaba/SC, Governador Celso Ramos/SC, Leoberto Leal/SC, Major Gercino/SC, Nova Trento/SC, Palhoça/SC, Paulo Lopes/SC, Rancho Queimado/SC, Santo Amaro da Imperatriz/SC, São Bonifácio/SC, São João Batista/SC, São José/SC, São Pedro de Alcântara/SC e Tijucas/SC.**

**SALÁRIOS, REAJUSTES E PAGAMENTO  
PISO SALARIAL****CLÁUSULA TERCEIRA - REAJUSTE SALARIAL**

Os salários dos empregados vinculados às empresas abrangidas por esta Convenção Coletiva, serão reajustados pelo valor resultante da aplicação do percentual de 6,5% (seis vírgula cinco por cento), sobre os salários praticados no mês de maio de 2010, (conforme CCT 2009/2010), aplicável a partir de 1º de junho de 2010, autorizando-se a compensação dos aumentos concedidos a título de antecipação do reajuste salarial.

**PAGAMENTO DE SALÁRIO – FORMAS E PRAZOS****CLÁUSULA QUARTA - COMPROVANTE DE PAGAMENTO**

As empresas fornecerão obrigatoriamente aos seus empregados, envelope mensal de pagamento ou documento equivalente, contendo, além da identificação da empresa, discriminação de todos os valores pagos e descontados.

**SALÁRIO PRODUÇÃO OU TAREFA****CLÁUSULA QUINTA - SALÁRIO NORMATIVO (PISO SALARIAL)**

A partir de **1º de junho de 2010**, os empregados abrangidos pelo presente instrumento normativo, não poderão perceber salário normativo inferior a **R\$ 778,00** (setecentos e setenta e oito reais) por mês, ressalvados os seguintes pisos salariais específicos:

<b>Área de limpeza</b>	<b>R\$ 647,00</b> (Seiscentos e quarenta e sete reais) por mês, mais adicional de insalubridade;
<b>Contínuo, mensageiro</b>	<b>R\$ 647,00</b> (Seiscentos e quarenta e sete reais) por mês;
<b>Auxiliares e Assistentes Administrativos, Assistentes Financeiros e Caixas</b>	<b>R\$ 818,00</b> (Oitocentos e vinte reais) por mês;
<b>Telefonistas e Atendentes de Telemarketing e Teleatendimento (após o período de experiência)</b>	<b>R\$ 647,00</b> (Seiscentos e quarenta e sete reais) por mês;
<b>Motociclista no transporte de documentos e pequenos volumes</b>	<b>R\$ 672,00</b> (Seiscentos e setenta e dois reais) por mês, mais Adicional de risco de 5% (cinco por cento) sobre o salário do empregado;
<b>Digitadores, Repositores, Conferentes e Controladores</b>	<b>R\$ 672,00</b> (Seiscentos e setenta e dois reais) por mês;
<b>Supervisores, Programadores e Instrutores</b>	<b>R\$ 990,00</b> (Novecentos e noventa reais) por mês;

**Parágrafo único:** Durante o período de experiência o salário normativo não poderá ser inferior a 80% (oitenta por cento) do piso normativo devido, observado o salário mínimo vigente.

## GRATIFICAÇÕES, ADICIONAIS, AUXÍLIOS E OUTROS 13º SALÁRIO

### CLÁUSULA SEXTA - DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO

As empresas poderão efetuar o pagamento do Décimo Terceiro Salário em duas parcelas, sendo a primeira **até o dia 30 de novembro**, e a segunda parcela **até o dia 20 de dezembro**.

### CLÁUSULA SÉTIMA - ANTECIPAÇÃO DO 13º SALÁRIO

Fica assegurada a antecipação do percentual de **50%** (cinquenta por cento) **do 13º salário**, por ocasião das férias, aos empregados que requeiram até **10 (dez) dias** antes do início das férias.

## GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO

### CLÁUSULA OITAVA - QUEBRA DE CAIXA

Fica assegurado ao empregado que exercer função que manipule numerários a gratificação de 20% (vinte por cento) de seu salário.

## ADICIONAL DE HORA-EXTRA

### CLÁUSULA NONA - HORAS EXTRAORDINÁRIAS

Sobre o valor da hora normal as horas extraordinárias serão remuneradas com **adicional de 65%** (sessenta e cinco por cento) nos dias úteis. As horas extraordinárias prestadas nos domingos e feriados serão remuneradas com **adicional de 110%** (cento e dez por cento)

## ADICIONAL NOTURNO

**CLÁUSULA DÉCIMA - ADICIONAL NOTURNO**

A empresa pagará a título de adicional noturno o percentual de 20% (vinte por cento) sobre o valor da hora normal e será pago ao empregado que laborar entre **22h00m de um dia e 05h00m do dia seguinte e prorrogações.**

**AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO****CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - FORNECIMENTO GRATUITO DE LANCHES**

As empresas fornecerão obrigatória e gratuitamente, lanches para seus empregados, quando estes estiverem trabalhando em **regime de horas extraordinárias.**

**Parágrafo Primeiro:** As empresas que não dispuserem de cantina ou refeitório deverão destinar um local, em condições de higiene, a fim de que seus empregados possam lanchar.

**Parágrafo Segundo:** A alimentação fornecida nos termos estabelecidos no caput terá natureza indenizatória e não integrará a remuneração do empregado para nenhum efeito.

**AUXÍLIO SAÚDE****CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - VALE FARMÁCIA**

As empresas adiantarão valores referentes à compra de medicamentos, desde que **devidamente comprovados por receita médica**, em que esteja certificado a necessidade e o valor do produto, através do fornecimento de vale, descontado posteriormente do salário do empregado.

**AUXÍLIO CRECHE****CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - AUXÍLIO-CRECHE**

As empresas que não possuam creches próprias manterão convênios com estabelecimentos particulares nos termos da legislação em vigor, estendendo o prazo de atendimento para crianças de **0 a 6 anos de idade**, inclusive.

**Parágrafo Primeiro:** A empresa que não atender o critério previsto no "caput", reembolsará mensalmente aos empregados que tenham filho(s) na faixa etária de 0 a 6 anos de idade, inclusive, o valor de **R\$ 89,00** (Oitenta e Nove reais).

**Parágrafo Segundo:** Para fazer jus a tal benefício o empregado (pai ou mãe) deverá apresentar junto à empregadora a **Certidão de Nascimento da criança**, sendo devido o pagamento estipulado no parágrafo anterior a partir da data do protocolo do documento respectivo.

**Parágrafo Terceiro:** O auxílio será pago sem qualquer limitação de idade, quando se tratar de filho com necessidades especiais comprovadas por laudo médico, a partir da apresentação de documentação, sem efeito retroativo.

**Parágrafo Quarto:** Fica ressalvado que se o pai e a mãe trabalharem na mesma empresa, o pagamento será efetuado somente a um deles, de acordo com o número de filhos com tal faixa etária.

**Parágrafo Quinto:** O pagamento efetivado a título de auxílio creche terá natureza indenizatória e não incidirá sobre a remuneração do trabalhador para nenhum efeito.

**CONTRATO DE TRABALHO – ADMISSÃO, DEMISSÃO, MODALIDADES  
NORMAS PARA ADMISSÃO/CONTRATAÇÃO****CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - EMPREGADOS NOVOS ADMITIDOS**

Durante a vigência da presente Convenção, os empregados novos admitidos não poderão perceber remuneração inferior a dos empregados dispensados, desde que admitidos para trabalho da mesma natureza, excluídas as vantagens pessoais e dispensada a necessidade de comprovação de experiência anterior.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - EMPREGADO MAIS NOVO NA EMPRESA**

Por ocasião do reajuste salarial e quando da admissão, não poderá o empregado mais antigo receber salário inferior ao empregado mais novo na mesma função, devendo, neste caso, ser efetuada a equiparação salarial na forma da lei, salvo se a empresa tiver quadro organizado de carreira.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - CÓPIA DO CONTRATO DE TRABALHO**

O empregador se obriga a entregar a **segunda via do Contrato de Trabalho** ao empregado no ato da contratação.

**DESLIGAMENTO/DEMISSÃO****CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DESPEDIDA POR JUSTA CAUSA**

No caso de despedida por justa causa, a empresa comunicará por escrito ao empregado, o motivo da rescisão.

**AVISO PRÉVIO****CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - AVISO PRÉVIO**

Para os empregados com mais de 5(cinco) **anos de serviço** na empresa ou mais de 45 (quarenta e cinco) **anos de idade**, o aviso prévio a ser concedido pela empresa será de 45 (quarenta e cinco) dias.

**Parágrafo Único:** Em caso de aviso prévio trabalhado, optando o trabalhador pelo gozo dos últimos dias para procurar novo emprego, os **15 últimos dias serão indenizados**.

**CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DISPENSA DO AVISO PRÉVIO**

Fica o empregado dispensado do cumprimento do aviso prévio provocado pela empresa, caso o empregado obtenha novo serviço antes do término do referido aviso, remunerando a empresa apenas os dias efetivamente trabalhados.

**SUSPENSÃO DO CONTRATO DE TRABALHO****CLÁUSULA VIGÉSIMA - CONTRATO DE EXPERIÊNCIA**

O contrato de experiência fica suspenso durante a concessão dos benefícios previdenciários, completando-se o tempo nele previsto após a cessação dos referidos benefícios.

**OUTRAS NORMAS REFERENTES A ADMISSÃO, DEMISSÃO E MODALIDADES DE CONTRATAÇÃO****CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - PAGAMENTO DAS VERBAS RESCISÓRIAS E HOMOLOGAÇÃO**

1. A quitação das verbas rescisórias, mesmo nos casos de aviso prévio indenizado pelo empregado ou pela empresa, ou no pedido de dispensa do cumprimento do aviso pelo empregado, será efetuada pela empresa nos prazos estabelecidos pelos parágrafos 6º e 8º do art. 477 da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), além da penalidade prevista nesta Convenção.

2. As empresas terão o prazo máximo de **5(cinco) dias úteis**, a contar do final do prazo do parágrafo 6º do art. 477 da CLT, para honrarem com a homologação do Termo de Rescisão do Contrato de Trabalho, com o devido fornecimento de guias, chave de conectividade ou qualquer outro documento necessário para recebimento de Seguro Desemprego e levantamento dos depósitos do FGTS, corretamente preenchidos, quando a modalidade da rescisão assim o exigir.

**RELAÇÕES DE TRABALHO – CONDIÇÕES DE TRABALHO, NORMAS DE PESSOAL E ESTABILIDADES ESTABILIDADE MÃE****CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - GARANTIA DE EMPREGO À GESTANTE**

Serão garantidos o emprego e/ou o salário à empregada gestante, desde a concepção da gravidez até **05** (cinco) **meses após o parto**.

**Parágrafo Único:** Não se aplica o disposto dessa cláusula no caso de:

- 1) rescisão contratual por justa causa;
- 2) pedido de demissão;
- 3) rescisão ou término do contrato de experiência ou prazo determinado;
- 4) que até 90 (noventa) dias após a rescisão de Contrato de Trabalho, a empresa não estiver sido avisada/notificada por escrito da gravidez, visando possibilitar que a empregadora ao tomar conhecimento, possa reintegrar a empregada nos seus quadros.

## ESTABILIDADE PAI

### CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - LICENÇA PATERNIDADE

A empresa concederá, a título de Licença Paternidade, licença de **05** (cinco) **dias de atividades**, sem prejuízo de sua remuneração, inclusive em casos de adoção.

## ESTABILIDADE SERVIÇO MILITAR

### CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - SERVIÇO MILITAR

Será garantida a estabilidade no emprego para o trabalhador em idade de prestação do serviço militar ou tiro de guerra, desde a incorporação até **60** (sessenta) **dias** após a dispensa ou desincorporação.

## ESTABILIDADE ACIDENTADOS/PORTADORES DOENÇA PROFISSIONAL

### CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - ESTABILIDADE AO ACIDENTADO

Será garantido emprego e salário ao empregado vítima de acidente de trabalho nos termos da lei 8.213 de julho de 1.991.

**Parágrafo Primeiro:** Excetua-se das garantias previstas no caput dessa cláusula os casos de demissão por justa causa, pedido de demissão ou acordo entre as partes, devidamente homologados pelo Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Assessoramento, Perícia, Pesquisa e Informações de Santa Catarina, nas duas últimas hipóteses.

**Parágrafo Segundo:** Não serão considerados, para contagem do período de garantia previsto no caput desta cláusula, as férias vencidas e o aviso prévio.

## ESTABILIDADE APOSENTADORIA

### CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - GARANTIA AOS APOSENTÁVEIS

A todos os empregados que no período de **01.06.2010** a **31.05.2011**, estiverem ao máximo de 18 (dezoito) meses de aquisição do direito a aposentadoria por tempo de serviço, em seus prazos mínimos legais, por tempo de serviço e/ou por idade, desde que possuam um mínimo de 5 (cinco) anos ininterruptos de serviço na respectiva empresa, será garantido o emprego. Completado o tempo necessário para a aquisição do referido direito, em sendo ou não exercido, extingue-se a garantia.

**Parágrafo Único:** Excetua-se das garantias previstas no caput dessa cláusula os casos de demissão por justa causa, pedido de demissão, devidamente homologadas pelos Sindicatos.

## ESTABILIDADE ADOÇÃO

### CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - LICENÇA PARA A MÃE ADOTANTE

À empregada que adotar ou obtiver guarda judicial para fins de adoção de criança será concedida licença-maternidade nos termos do art. 392, observado o disposto no seu § 5º.

## OUTRAS NORMAS DE PESSOAL

### CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - CURSOS E REUNIÕES

Fica estabelecido que os cursos ou reuniões, quando de comparecimento obrigatório, deverão ser realizados durante a jornada de trabalho ou, se fora do horário normal, mediante pagamento de horas extraordinárias.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - ANOTAÇÕES NA CARTEIRA DE TRABALHO**

As empresas deverão anotar na Carteira de Trabalho de seus empregados, o salário percebido, como também a função pelos mesmos efetivamente exercidos.

**Parágrafo Único:** A empresa não poderá reter a CTPS por mais de 48 (quarenta e oito) horas, conforme artigo 53 da CLT.

#### **JORNADA DE TRABALHO – DURAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, CONTROLE, FALTAS DURAÇÃO E HORÁRIO**

##### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA - JORNADA DE TRABALHO**

A jornada dos trabalhadores abrangidos por esta Convenção será de até 08 (oito) horas diárias ou 44 (quarenta e quatro) horas semanais, exceto os empregados que desempenham as funções de Operadores e/ou Atendentes de Telemarketing/Teleatendimento; Operadores e/ou Assistentes de Crédito; Digitadores; Telefonistas e Programadores, cuja jornada será de 6 (seis) horas diárias ou 36 (trinta e seis) horas semanais, sem prejuízo da remuneração e com metas de trabalho compatíveis com o período de trabalho e com a realidade socioeconômica da população.

**Parágrafo Primeiro** - Entende-se por trabalho de telemarketing ou teleatendimento, aquele realizado pelo trabalhador à distância (cuja comunicação com interlocutores clientes e usuários é feita por intermédio de voz e/ou mensagem eletrônica, com a utilização simultânea de equipamentos de audição/escuta e fala telefônica e sistemas informatizados ou manuais de processamento de dados), em atividades de cobranças; ofertas de bens e/ou serviços; captação de clientes; elaboração de pesquisa; captação e divulgação de informações; e/ou atividades similares ou conexas.

**Parágrafo Segundo** - Entende-se por trabalho de operação ou assistência de crédito, aquele que, independente da nomenclatura do cargo, tem como atribuição: facilitar a obtenção de empréstimos ou a compra a prazo; facilitar ou promover a coleta, intermediação, administração, cobrança e/ou aplicação de recursos financeiros próprios ou de terceiros utilizando de forma simultânea e concomitante as atividades de telefonia e digitação.

#### **COMPENSAÇÃO DE JORNADA**

##### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - ACORDOS COLETIVOS DE PRORROGAÇÃO E COMPENSAÇÃO**

Fica estabelecida a possibilidade de **Acordos Coletivos de Trabalho, entre empregador e sindicato do trabalhador**, para compensação e prorrogação de jornada de trabalho semanal, observada as formalidades previsto pela Consolidação das Leis do Trabalho, estabelecendo as condições e horários, bem como enviando ao Sindicato Acordante o referido Acordo, em 04 (quatro) vias para aprovação, assinaturas e posterior registro na Superintendência Regional do Trabalho.

**Parágrafo Único:** A instituição do Banco de Horas somente poderá ser efetivada mediante Acordo Coletivo de Trabalho entabulado entre a Empresa interessada e o Sindicato que representa a categoria profissional.

#### **INTERVALOS PARA DESCANSO**

##### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - INTERVALO INTRAJORNADA**

Fica assegurado o direito do empregado com jornada superior a 6 (seis) horas diárias, a intervalos intrajornada de, no mínimo, 1 (uma) hora e de, no máximo, 2 (duas) horas.

**Parágrafo Único:** Quando não for concedido o intervalo de que trata o "caput", o empregado fará jus ao recebimento de horas extraordinárias, como se tal fosse.

#### **FALTAS**

##### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - ABONO DE FALTA AO TRABALHADOR**

O empregador abonará a falta do empregado no caso de necessidade de consulta médica e internação de filho até **14 (quatorze) anos de idade** ou portador de necessidades especiais, devidamente comprovada, ou para acompanhamento de cônjuge ou pais inválidos/incapazes, desde que sob a dependência econômica do trabalhador, mediante comprovação por atestado médico protocolado/entregue na empresa no prazo improrrogável de **24(vinte e quatro) horas**, no caso de consulta médica e 48(quarenta e oito) horas no caso de internação hospitalar, contadas desde a ausência ao trabalho.

**Parágrafo Único:** Nos casos excepcionais o prazo para entrega do atestado médico poderá ser revisto com a empresa mediante comunicação prévia.

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - ABONO DE FALTA AO EMPREGADO ESTUDANTE VESTIBULANDO**

A empresa abonará as faltas dos empregados estudantes e vestibulandos, para a realização das provas em cursos oficiais, assim como em concursos vestibulares, desde que pré-avisada em **72** (setenta e duas) horas.

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - AUSÊNCIA JUSTIFICADA**

Serão abonadas as faltas ocorridas por ocasião do **falecimento de pai, mãe, esposa(o), irmã(o) ou de filhos por 5 (cinco) dias consecutivos**, mediante comprovação do Atestado de Óbito devidamente protocolado na empresa no prazo de 48 (quarenta e oito) horas contados do retorno ao trabalho.

### **OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE JORNADA**

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - EMPREGADO SUBSTITUTO**

Enquanto perdurar a substituição que não tenha caráter meramente eventual, o empregado substituto fará jus à remuneração do empregado substituído.

### **FÉRIAS E LICENÇAS DURAÇÃO E CONCESSÃO DE FÉRIAS**

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - PARTICIPAÇÃO DE FÉRIAS**

A concessão das férias será participada, por escrito, ao empregado, com antecedência mínima de **30(trinta) dias**, cabendo a este assinar a respectiva comunicação.

**Parágrafo Único:** O pagamento das férias deverá ser efetuado ao empregado **2 (dois) dias antes** do início do gozo da mesma.

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - FERIADOS DURANTE O GOZO DE FÉRIAS**

Os dias feriadados oficiais (municipal, estadual ou federal) ou costumeiros, **não serão computados como parte do período de férias** anuais remuneradas, devendo, nesse caso, prorrogar o número de dias em seu gozo.

**Parágrafo Único:** Em hipótese alguma, o início das férias se dará em um dia não útil ou em véspera de dia não útil.

### **OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE FÉRIAS E LICENÇAS**

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - FÉRIAS PROPORCIONAIS**

Ao empregado que rescindir espontaneamente seu contrato de trabalho antes de completar 1 (um) ano de serviço, serão pagas férias proporcionais, à razão de 1/12 (um doze avos) da respectiva remuneração mensal, por mês completo de trabalho ou fração superior a 14 (quatorze) dias.

### **SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHADOR CONDIÇÕES DE AMBIENTE DE TRABALHO**

**CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA - FORNECIMENTO GRATUITO DE UNIFORME E EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO**

As empresas que exigirem o uso do uniforme deverão fornecê-lo sem ônus para os seus empregados, sempre que necessário, no mínimo de **02 (dois) por ano**. O uso de uniforme deverá ser regulamentado e documentado pelas empresas, quanto às suas restrições e conservação.

**Parágrafo Primeiro:** As empresas que exigirem de seus empregados serviços externos seja, ao ar livre, obrigam-se a fornecer aos referidos empregados equipamentos de proteção individual e coletivo (bonés, agasalhos impermeáveis, etc).

**Parágrafo Segundo:** fica vedado a entrega parcial de peças do uniforme quando as empresas o exigirem integralmente.

**EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA****CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA - ASSENTOS NO LOCAL DE TRABALHO**

As empresas manterão assentos para seus empregados, em local onde os mesmos possam ser utilizados durante os intervalos que os serviços permitirem.

**CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA - SEGURANÇA NO TRÂNSITO**

As empresas se responsabilizarão em garantir a licença perante o DETRAN, quando da prestação de serviços nas vias de trânsito e adjacências. As empresas ainda fornecerão os equipamentos de seguranças necessários.

**ACEITAÇÃO DE ATESTADOS MÉDICOS****CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA - ATESTADO DE DOENÇA**

**As empresas ficam obrigadas a receber mediante protocolo**, no prazo máximo de **48**(quarenta e oito) **horas** a partir da ausência ao trabalho, para todos os efeitos, **atestados de doença** fornecidos por médico próprio da empresa; médico em convênio reconhecido pela empresa; médicos particulares; médico em convênio mantido pela empresa; médicos credenciados pelo INSS bem como, com os mesmos efeitos, boletim de atendimento expedido em caso de emergência, mediante fornecimento de protocolo, desde que o atestado médico contenha (salvo as exceções legais), nome do médico, o número da sua inscrição no CRM e CID.

**Parágrafo Único:** Nos casos excepcionais o prazo para entrega do atestado médico poderá ser revisto com a empresa.

**CAMPANHAS EDUCATIVAS SOBRE SAÚDE****CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA - VIOLÊNCIA NO LOCAL DE TRABALHO**

As Empresas divulgarão aos empregados, orientação tendente a evitar a prática de violência no local de trabalho, assim entendida pela OIT (Organização Internacional do Trabalho) como sendo a constatação de **pressão psicológica e/ou constrangimento repetitivo de colegas ou chefias** ofensivos à honra e a dignidade do trabalhador.

**Parágrafo Único:** As empresas poderão utilizar o material produzido pela Superintendência Regional do Trabalho e ou pelo sindicato profissional a respeito da matéria.

**OUTRAS NORMAS DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES E DOENÇAS PROFISSIONAIS****CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUINTA - SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO**

As empresas se responsabilizarão de **garantir o cumprimento e a aplicação** do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA-NR 09) e do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO-NR 07).

**RELAÇÕES SINDICAIS  
ACESSO DO SINDICATO AO LOCAL DE TRABALHO****CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEXTA - LIVRE ACESSO DO DIRIGENTE SINDICAL**

Fica assegurado o livre acesso dos dirigentes sindicais nas empresas, para desempenho de suas funções, desde que a empresa seja comunicada com antecedência de, no mínimo, **24** (vinte e quatro) **horas**.



**REPRESENTANTE SINDICAL****CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SÉTIMA - LIBERAÇÃO DE DIRIGENTE SINDICAL**

Para acompanhamento das atividades sindicais, ficará liberado o dirigente sindical, durante **10 (dez) dias ao ano e 1(um) empregado** por empresa, durante a vigência da presente Convenção, para participação em reuniões, congressos, convenções que envolvam a entidade sindical, sem prejuízo de suas remunerações.

**ACESSO A INFORMAÇÕES DA EMPRESA****CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA OITAVA - RELAÇÃO DOS EMPREGADOS**

As empresas enviarão ao SINDASPI/SC e/ou SAESC a **relação dos empregados abrangidos pela Contribuição Sindical** (Imposto Sindical), e **cópia da Guia de Contribuição Sindical quitada** com os respectivos dados de cada empregado (nome, função, data de admissão, salário percebido e valor do recolhimento), até o dia **20(vinte) do mês seguinte** ao desconto dessas verbas.

**CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS****CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA NONA - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL DOS EMPREGADOS**

Em cumprimento ao que foi deliberado pelos trabalhadores do Sindicato dos trabalhadores em Empresas de Assessoramento Perícia, Pesquisa e Informações de SC - **Sindaspi/SC** e **SAESC**, reunidos em Assembléia Geral Extraordinária realizada no dia 07 de maio de 2010, conforme edital publicado no Jornal AN do dia 26 de abril de 2010 pág 11, as empresas descontarão dos seus empregados abrangidos pela presente Convenção Coletiva de Trabalho a importância equivalente a um **(01) dia da remuneração mensal dos mesmos, no mês seguinte ao da assinatura deste instrumento**, repassando os respectivos valores ao Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Assessoramento, Perícia, Pesquisa e Informações de Santa Catarina - **SINDASPI/SC** ou Sindicato dos Administradores do Estado de Santa Catarina - **SAESC**, através de guia fornecida pelas referidas entidades, até 05 (cinco) dias após desconto, a título de **"Contribuição Assistencial"**.

**Parágrafo Primeiro:** As empresas enviarão ao SINDASPI/SC e/ou SAESC a **relação dos empregados abrangidos pela Contribuição Assistencial**, com os respectivos dados de cada empregado (nome, função, data de admissão, salário percebido e valor do recolhimento), **até o dia 20(vinte) do mês seguinte ao desconto** dessas verbas.

**Parágrafo Segundo:** O empregado poderá opor-se ao desconto da "Contribuição Assistencial", devendo para isto apresentar **pessoalmente** no seu respectivo sindicato, carta escrita de próprio punho, no prazo de 10(dez) dias após publicação em jornal, **entre as 08h00m as 17h00m**, encaminhando cópia da mesma com o recebimento do sindicato ao empregador conforme estabelece a Circular da SRT/MTE nº04 de 20/01/2006.

**Parágrafo Terceiro:** No caso, do não recolhimento da contribuição prevista no caput desta cláusula, fica estabelecida a multa de 2% (dois inteiros por cento) do montante não recolhido além dos juros de mora de 1% (um inteiro por cento) ao mês ou fração dele além da correção monetária através do SELIC, sendo estes acréscimos suportados exclusivamente pela empresa.

**CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA - DESCONTOS DAS MENSALIDADES**

A empresa é obrigada a fazer **desconto e o repasse das mensalidades dos associados**, desde que autorizadas pelo empregado, descontadas em favor do SINDASPI/SC ou SAESC **até o dia 15(quinze) do mês subsequente ao desconto**.

**Parágrafo Único:** A empresa fica obrigada a repassar ao respectivo sindicato a relação dos associados, com seus respectivos dados e contribuições realizadas, até o dia 15(quinze) do mês subsequente ao desconto.

**OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE RELAÇÃO ENTRE SINDICATO E EMPRESA****CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA - CONVÊNIO E DESCONTOS RESPECTIVOS**

As empresas descontarão, nas respectivas folhas de pagamento, os valores referentes aos benefícios decorrentes dos convênios firmados pelo SINDASPI/SC, e com autorização expressa do empregado, na conformidade dos relatórios a serem elaborados e encaminhados às empresas até o dia **10(dez)** de cada mês.

**Parágrafo Único:** Obedecidas às regras acima, as empresas servirão apenas e unicamente como agentes repassadores dos valores descontados de seus empregados, sem qualquer responsabilidade, seja ela direta, solidária ou subsidiária.

**CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA - QUADRO DE AVISOS**

Fica assegurado à entidade sindical, a fixação de editais, avisos e notícias sindicais no âmbito da empresa.

**OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE REPRESENTAÇÃO E ORGANIZAÇÃO****CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA TERCEIRA - ASSISTÊNCIA SINDICAL NAS RESCISÕES CONTRATUAIS**

As rescisões de Contrato de Trabalho serão efetuadas perante o SINDASPI/SC ou SAESC, nos termos da legislação em vigor, a partir de **06** (seis) meses de serviço prestado na mesma empresa.

**DISPOSIÇÕES GERAIS  
DESCUMPRIMENTO DO INSTRUMENTO COLETIVO****CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUARTA - MORA SALARIAL**

As empresas pagarão ao empregado 1% (um por cento) ao mês mais correção monetária sobre o salário vencido, no caso de mora salarial, entendida esta como ocorrendo a partir do 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao vencido.

**Parágrafo Único:** No caso de reincidência, o percentual será de 5% (cinco por cento).

**CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUINTA - PENALIDADES**

Pelo não cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas nesta Convenção Coletiva, fica estabelecido **multa de 20%** (vinte por cento) **sobre o valor do salário normativo da categoria**, por infração, em favor da parte prejudicada, salvo cláusulas que estabeleçam penalidade diversa.

**RENOVAÇÃO/RESCISÃO DO INSTRUMENTO COLETIVO****CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEXTA - RENEGOCIAÇÃO**

As partes se comprometem, a qualquer tempo, reunirem-se para **analisar o cumprimento da presente Convenção Coletiva**, bem como para verificarem a possibilidade e/ou necessidade de se pactuar qualquer concessão relativamente às cláusulas.

**OUTRAS DISPOSIÇÕES****CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SÉTIMA - FORNECIMENTO DE RSC**

Obrigatoriedade de fornecimento dos formulários preenchidos pela empresa de RSC - Relação de Salários de Contribuição (INSS) aos empregados demitidos ou demissionários, desde que solicitados.

**CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA OITAVA - CONTRIBUIÇÃO NEGOCIAL PATRONAL**

As empresas integrantes da categoria econômica, abrangida pela presente Convenção Coletiva na conformidade do que foi aprovado pela Assembléia Geral Extraordinária da categoria deverão recolher aos cofres do Sindicato Patronal a Contribuição Assistencial de que trata o artigo 8º, inciso IV da CF/88, a importância equivalente a R\$ 50,00 (cinquenta reais) para os associados e filiados. O recolhimento da referida contribuição deverá ser efetuado até o dia 20 de dezembro de 2010. As contribuições acima foram aprovadas em Assembléia Geral Extraordinária da categoria no dia 07/05/2009 e deverão ser recolhidas em guias próprias a serem fornecidas pelo Sindicato Patronal.

**Parágrafo Único:** O não recolhimento no prazo fixado importará na cobrança dos acréscimos legais, idênticos aos da contribuição sindical.

**ARNOLDO RAMOS CANDIDO  
MEMBRO DE DIRETORIA COLEGIADA  
SINDICATO DOS TRAB EM EMP DE ASS PER PESQ E INF DE SC**

**JOSEFINA APARECIDA NUNES DE CARVALHO  
MEMBRO DE DIRETORIA COLEGIADA  
SINDICATO DOS TRAB EM EMP DE ASS PER PESQ E INF DE SC**

**MARIO CESAR SILVA  
DIRETOR  
SINDICATO DOS ADMINISTRADORES DO ESTADO DE SANTA CATARI**

**AUGUSTO MARQUART NETO  
PRESIDENTE  
SINDICATO DAS EMPRESAS DE SERVICOS CONTABEIS, ASSES. CONSULT. PERICIAS, INFORMACOES E  
PESQUISAS DA GRANDE FPOLIS**